



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA
LAMPFIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA ,
TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO,
EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO,
CONFIGURAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE
SOFTWARE PARA ATENDER ÀS
NECESSIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE). (PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 8512229-
58.2017.8.06.0000).**

AD1/CT Nº 22/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambéba, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysen Pontes, e por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Dra. Denise Maria Norões Olsen e a empresa: **LAMPFIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA.**, com endereço na Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 1573 – Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.125-045, inscrita no CNPJ/MF nº 26.832.621/0001-25, neste ato representada por sua Diretora, Sra. Ruth Filgueiras Sousa, portadora da cédula de identidade nº 8901002024623-SSP-CE, e inscrita no CPF nº 315.530.953-91, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Aditivo que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo fundamenta-se:

- a) no Memorando nº 166/2017-SETIN, da Secretaria de Tecnologia da Informação, datado de 06/03/2017;
- b) nas disposições contidas no art. 65, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;
- d) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 11/08/2017, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Segunda – Da Supressão

Constitui objeto deste termo substituir os Anexos 01, 02, 03, 04, 07, 08 e 09 do contrato que consiste na contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação, na modalidade de Fábrica de Software, para prestação de serviços necessários para desenvolvimento, evolução, manutenção, instalação, configuração e documentação de software para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), pelo período de 12(doze) meses, para que figurem como os anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2016, conforme consta nos Anexos deste Aditivo.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 23 de OUTUBRO de 2017.

DES. FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DRA. DENISE MARIA NORÕES OLSEN
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TJCE

SRA. RUTH FILGUEIRAS SOUSA
DIRETORA DA EMPRESA LAMPFIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 1 – DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS

1. DESCRIÇÃO GERAL DO SERVIÇO

1.1 Consiste no desenvolvimento da primeira versão de um sistema compreendendo as atividades de análise de negócio, levantamento de requisitos, análise de sistemas, projeto, implementação, testes e implantação de sistemas a partir de especificações estabelecidas pelo TJCE. A entrega deverá estar em conformidade com a versão vigente do Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do TJCE, aplicação de referência vigente do TJCE e padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE. Faz parte ainda do projeto de desenvolvimento a migração ou carga inicial de dados.

1.2 Considerando a evolução dos serviços de TI e atualização dos roteiros de métricas para atendimento aos serviços de desenvolvimento e suporte de sistemas, a relação de serviços abaixo pode ser alterada com a inclusão, alteração ou exclusão de serviços em comum acordo entre o solicitante e o prestador de serviços, e seguindo os roteiros de métricas referenciados no item 4.2.1 do Termo de Referência.

2. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

| Tipo | Serviço | Mensuração | Composição de Tamanho | Macro-Descrição |
|------|--|---------------------------------------|--|---|
| SD01 | Ciclo de Vida Completo de um Projeto de Desenvolvimento de Sistemas em Regime de Fábrica de Software | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 100% da quantidade de pontos de função do sistema a ser desenvolvido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço que contempla a fase de Especificação Funcional, Especificação Técnica, Implementação, Testes, Homologação e Implantação de sistemas. |
| SD02 | Serviços de Especificação Funcional de Sistemas em Regime de Fábrica de Software | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 25% da quantidade de pontos de função do sistema a ser desenvolvido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço que contempla a fase de Especificação Funcional de sistemas |
| SD03 | Serviços de Especificação Técnica de Sistemas em Regime de Fábrica de Software | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 10% da quantidade de pontos de função do sistema a ser desenvolvido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço que contempla a fase de Especificação Técnica de sistemas |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | | |
|------|--|---------------------------------------|---|--|
| SD04 | Serviços de Especificação Funcional e Técnica de Sistemas em Regime de Fábrica de Software | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 35% da quantidade de pontos de função do sistema a ser desenvolvido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço que contempla a fase de Especificação Funcional e Técnica de sistemas. |
| SD05 | Serviço de Construção, Implementação e Testes de Sistemas em Regime de Fábrica de Software | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 65% da quantidade de pontos de função do sistema a ser desenvolvido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço que contempla as fases de Implementação, Testes, Homologação e Implantação de sistemas. |
| SD06 | Serviço de mudança de requisitos durante o desenvolvimento de um novo sistema. | PF Contagem Detalhada | Ver o especificado no item 4 deste Anexo. | Serviço que contempla a alteração ou exclusão de requisitos que já iniciaram o desenvolvimento e precisam sofrer mudanças. |

Tabela 01 de Classificação de Serviços de Desenvolvimento de Novos Sistemas

3. SOBRE O SERVIÇO SD01 – CICLO DE VIDA COMPLETO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

3.1 A CONTRATADA disponibilizará também o pacote de instalação do projeto de software pela CONTRATADA no ambiente de homologação do TJCE.

4. SOBRE O SERVIÇO SD05 – MUDANÇA DE REQUISITOS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO SISTEMA

4.1 A CONTRATADA disponibilizará também o pacote de instalação do projeto de software pela CONTRATADA no ambiente de homologação do TJCE.

4.2 As demandas de mudança de requisitos são contagens à parte da contagem do projeto de desenvolvimento e devem considerar as funcionalidades antes da mudança;

4.3 Será apurado o esforço realizado no processo de desenvolvimento da funcionalidade até o momento da solicitação de mudança de requisitos. Considerando artefatos produzidos por completo. Aplica-se o percentual da fase do processo de desenvolvimento (item 4.2.3 do Termo de Referência) até o momento da mudança de requisito.

4.4 Para mudança de requisito que venha a Alterar Funcionalidade:

50% do PF Desenvolvido X % da Fase Concluída



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4.5 Para mudança de requisito que venha a Desistir:

4.5.1 De Incluir: 130% do PF Desenvolvido X %Fase Concluída

4.5.2 De Alterar: 80% do PF Desenvolvido X %Fase Concluída

4.5.3 De Excluir: 30% do PF Desenvolvido X %Fase Concluída

4.6 A distribuição de esforço segue a tabela do item 4.2.3 do Termo de Referência que estabelece os percentuais por fase, de forma a permitir a contagem de mudança de requisito conforme o estágio do projeto.

4.7 A OS objeto de alterações terá planilha estimada de ponto de função ajustada e prazo recalculado, considerando o prazo da OS de retrabalho, através de um acordo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

4.8 A OS aberta para pagamento do retrabalho:

4.8.1 Destina-se apenas ao pagamento de serviços já realizados, não ensejando prazo de execução.

4.8.2 A CONTRATADA deve anexar uma planilha de PF Detalhada contabilizando funcionalidades alteradas e artefatos gerados, considerando fases concluídas de acordo com a tabela do item

4.2.3 do Termo de Referência.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 2 – SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS LEGADOS

Sustentação de Sistemas Legados

1. DESCRIÇÃO GERAL DO SERVIÇO

1.1 Consiste no desenvolvimento de novas funcionalidades, manutenção adaptativa, manutenção evolutiva, manutenção perfectiva, manutenção corretiva, documentação técnica de sistemas, elaboração de manuais técnicos e de usuário, testes de sistemas, migração / manutenção de dados em sistemas legados, cedidos ou adquiridos.

1.2 Entende-se como sistema legado qualquer sistema já implantado em produção ou que possui uma versão homologada e disponível para entrar em produção.

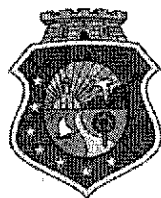
1.3 Entende-se como sistema cedido ou adquirido os disponibilizados por outros órgãos, obtidos do Portal de Software Público ou adquiridos de outros fornecedores.

1.4 Estes serviços devem ser executados a partir de especificações estabelecidas ou validadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e a entrega deverá estar em conformidade com a versão vigente do Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do TJCE, aplicação de referência vigente do TJCE e padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE.

1.5 Considerando a evolução dos serviços de TI e atualização dos roteiros de métricas para atendimento aos serviços de desenvolvimento e suporte de sistemas, a relação de serviços abaixo pode ser alterada com a inclusão, alteração ou exclusão de serviços em comum acordo entre Contratante e Contratada e seguindo os roteiros de métricas referenciados nesta documentação.

2. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

| Tipo | Serviço | Mensuração | Composição de Tamanho | Macro-Descrição |
|------|--|---------------------------------------|---|---|
| SS01 | Manutenção Evolutiva, Perfectiva ou Adaptativas de Sistemas | PF Contagem Estimativa e Detalhada | Ver o especificado no item 3 deste Anexo. | Manutenções em funcionalidades ou módulos de sistemas em produção e/ou já existentes com o objetivo de prevenção, implementação de melhorias ou adaptações. |
| SS02 | Manutenção Corretiva de Sistemas não coberta por garantia (Código ou documentação) | PF Contagem Detalhada | Ver o especificado no item 4 deste Anexo. | Consiste na correção de defeitos em sistemas legados (executada fora do período de garantia do sistema), cedidos ou adquiridos pelo TJCE. Entende-se |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | | |
|------|--|--|---|---|
| | | (Esta contagem levará em conta o número de horas trabalhadas para execução do serviço dividido pelo fator de produtividade 10) | | por defeito em sistemas, todo e qualquer comportamento inadequado que cause problemas de uso ou funcionamento do sistema, além de qualquer desvio em relação aos requisitos aprovados pelo Gestor. |
| SS03 | Manutenção Corretiva de Sistemas coberta por garantia (Código ou documentação) | Não se Aplica | Ver o especificado no item 5 deste anexo. | Consiste na correção de defeitos em sistemas desenvolvidos internamente, executada dentro do período de garantia do sistema. Entende-se por defeito em sistemas, todo e qualquer comportamento inadequado que causem problemas de uso ou funcionamento do sistema, além de qualquer desvio em relação aos requisitos aprovados pelo Gestor. |
| SS04 | Atualização de Versão (Linguagem de Programação, Arquitetura, Navegadores, Banco de Dados, Sistemas Operacionais) e outras atualizações que não alterem requisitos funcionais. | PF Contagem Estimativa e Detalhada | Ver o especificado no item 6 deste Anexo. | Serviço para adaptar uma aplicação existente, ou parte dela, a versões diferentes de Navegadores, a diferentes versões de linguagens de programação (versão mais atual do JAVA por exemplo), a diferentes versões da arquitetura de referência do TJCE, novas versões de banco de dados e Sistemas Operacionais. |
| SS05 | Documentação Técnica de Sistemas | PF Contagem Detalhada | Ver o especificado no item 7 deste Anexo. | Serviços de documentação técnica dos sistemas legados, cedidos ou adquiridos pelo TJCE |
| SS06 | Elaboração de Manuais de Usuário | PF Contagem Detalhada | O tamanho é de 10% da quantidade de pontos de função do sistema ou funcionalidade a ser atendido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço de produção de manuais de usuário e/ou help-online. Inclui manuais de utilização de webservices e demais manuais técnicos. |
| SS07 | Mudança de Requisito durante um projeto de melhoria (Sustentação) | PF Contagem Detalhada | Ver o especificado no item 8 deste Anexo | Serviço que contempla a alteração ou exclusão de requisitos que já iniciaram o desenvolvimento e precisam sofrer mudanças. |
| SS08 | Documentação de testes de software | PF Contagem | O tamanho é de 10% da quantidade de pontos de função do | Serviço para elaboração da documentação necessária, de acordo com o PDS vigente, para a execução de teste de |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | | |
|------|--|---|--|--|
| | | Detalhada | sistema ou funcionalidade a ser atendido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | software, manual ou automatizado. |
| SS09 | Execução de Testes Manuais em Sistemas | PF Contagem Detalhada | O tamanho é de 10% da quantidade de pontos de função do sistema ou funcionalidade a ser atendido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Execução manual de Testes Funcionais em Sistemas. |
| SS10 | Implementação e execução de Testes automatizados de software | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 15% da quantidade de pontos de função do sistema ou funcionalidade a ser atendido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Serviço de implementação e execução de testes automatizados de software, tais como Testes Funcionais, Testes Unitários, Testes de Integração, Testes de Segurança, Testes de Estresse, Testes de Carga, Testes de Desempenho e Teste de Volume. |
| SS11 | Apuração Especial (Base de Dados) | PF Contagem Estimativa e Detalhada | Ver o especificado no item 9 deste Anexo. | Serviços executados na base de dados do sistema que se referem a funcionalidades que são executadas apenas uma vez para: corrigir problemas na base de dados, atualizar informações na base de dados, realizar carga de dados ou gerar relatórios extraídos da base de dados. Divide-se em: Apuração Especial – sem consulta prévia, Apuração Especial – com consulta prévia, Apuração Especial – Geração de Relatórios, Apuração Especial (Base de Dados) – Reexecução. |
| SS12 | Migração de Dados Legados | PF Contagem Estimativa e Detalhada | O tamanho é de 100% da quantidade de pontos de função do sistema ou funcionalidade a ser atendido multiplicado pelo valor de um ponto de função. | Migração de Dados Legados para novos sistemas |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3. SOBRE O SERVIÇO SS01 – MANUTENÇÃO EVOLUTIVA OU PERFECTIVA DE SISTEMAS

3.1 Consiste em uma manutenção que corresponda a inclusão, alteração e exclusão de características e/ou funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações/inclusões de regras de negócio e/ou demandas legais.

3.2 Este serviço terá a seguinte composição de tamanho:

| Melhoria | Funcionalidade | Com documentação | Será Considerado |
|-----------|--|------------------|------------------|
| Alteração | Nunca Mantida | Sim | 90% |
| | Nem Desenvolvida pela CONTRATADA | Não | 75% |
| | Já Mantida ou Desenvolvida pela CONTRATADA | Sim | 50% |
| Inclusão | Sistema Não Desenvolvido pela CONTRATADA | Sim | 100% |
| | Sistema Desenvolvido pela CONTRATADA | Sim | 75% |
| Exclusão | --- | --- | 30% |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.3 Para serviço demandado de alteração de funcionalidade nunca mantida e nem desenvolvida pela CONTRATADA com atualização completa da documentação da funcionalidade, segundo PDS vigente no TJCE, será considerado 90% da quantidade de PF consumida neste serviço.

3.4 Para serviço demandado de alteração de funcionalidade nunca mantida e nem desenvolvida pela CONTRATADA sem atualização da documentação da funcionalidade, segundo PDS vigente no TJCE, será considerado 75% da quantidade de PF consumida neste serviço.

3.5 Para serviço demandado de alteração de funcionalidade já mantida e/ou desenvolvida pela CONTRATADA com atualização da documentação da funcionalidade, segundo PDS vigente no TJCE, será considerado 50% da quantidade de PF consumida neste serviço.

3.6 Para serviço demandado de inclusão de funcionalidade em sistema não desenvolvido pela CONTRATADA com documentação completa da funcionalidade, segundo PDS vigente no TJCE, será considerado 100% da quantidade de PF consumida neste serviço.

3.7 Para serviço demandado de inclusão de funcionalidade em sistema desenvolvido pela CONTRATADA com documentação completa da funcionalidade, segundo PDS vigente no TJCE, será considerado 75% da quantidade de PF consumida neste serviço.

3.8 Para serviço demandado de exclusão de funcionalidade de sistema em produção, com atualização da documentação do sistema, se houver, será considerado 30% da quantidade de PF da funcionalidade excluída.

4. SOBRE O SERVIÇO SS02 – MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SISTEMAS NÃO COBERTA POR GARANTIA

4.1 Consiste na manutenção corretiva em partes de sistemas legados onde não foi efetuada manutenção por parte da CONTRATADA. Os defeitos encontrados serão corrigidos por meio da abertura de OS. Abrange comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento do sistema e quaisquer desvios em relação aos requisitos aprovados pelo Gestor.

4.2 A estimativa de pontos de função levará em conta o nº de horas necessárias para a execução dos serviços dividido pelo fator de produtividade 10.

4.3 O atendimento aos chamados de manutenção corretiva não coberta por garantia deverá seguir os prazos estabelecidos na Tabela especificada no item 4.4 e serão contabilizados a partir da abertura do chamado efetuada em horário de expediente (dias úteis de 08:00 às 18:00).

4.4 O TJCE definirá a severidade do chamado na abertura da OS de acordo com a Tabela abaixo:

| Severidade | Prazo Retorno | Prazo Solução |
|------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| UM | Em até 1 (uma) hora útil. | Em até 8 (oito) horas úteis. |
| DOIS | Em até 2 (duas) horas úteis. | Em até 16 (dezesesseis) horas úteis. |
| TRÊS | Em até 4 (quatro) horas úteis. | Em até 5 (cinco) dias úteis. |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4.5 O detalhamento de cada nível de severidade está especificado abaixo:

4.5.1 SEVERIDADE UM – Corresponde a um problema que acarrete a paralisação do sistema ou de alguma de suas funcionalidades críticas, cabendo à CONTRATADA mobilizar recursos em no máximo, 1 (uma) hora contada da devida comunicação formal do problema, devendo restaurar a condição de operação num prazo máximo de 8 horas úteis.

4.5.2 SEVERIDADE DOIS – Corresponde a não-conformidades em funcionalidades críticas ou de paralisação em funcionalidades não-críticas, cabendo à CONTRATADA mobilizar recursos num prazo máximo de 2 (duas) horas da devida comunicação formal do problema, devendo restaurar a condição de operação, num prazo de até 16 (dezesseis) horas úteis.

4.5.3 SEVERIDADE TRÊS - Corresponde a não-conformidades em funcionalidades não-críticas, cabendo à CONTRATADA mobilizar recursos num prazo máximo de 4 (quatro) horas da devida comunicação formal do problema, devendo restaurar a condição de operação, num prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

4.6 O não atendimento aos prazos estipulados na Tabela especificada no item 4.4 implicará em aplicação de penalidade, como estipulado no Anexo 5 – Indicadores de Nível Mínimo de Serviço.

4.7 Os chamados de manutenções corretivas não cobertas por garantia com prazos extrapolados e que permaneçam sem resolução, terão suas penalidades reincididas sobre as próximas faturas até o seu fechamento.

4.8 Independentemente do nível de severidade a ser aplicado, após a solução definitiva do problema, deverá ser encaminhado ao TJCE, em um prazo de até 24 (vinte e quatro horas), diagnóstico da ocorrência ou incidente e detalhamento da solução, acompanhado dos respectivos casos de testes e/ou relatórios de testes que comprovem a respectiva correção.

4.9 Os serviços de manutenção corretiva serão executados nas dependências do TJCE, na cidade de Fortaleza, Ceará.

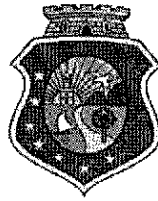
5. SOBRE O SERVIÇO SS03 – MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SISTEMAS COBERTA POR GARANTIA.

5.1 Consiste na Manutenção Corretiva executada durante o período de garantia do sistema. Os custos de Manutenções Corretivas Cobertas Por Garantia são de responsabilidade da CONTRATADA, e não acarretarão qualquer ônus para o TJCE.

5.2 Este serviço será utilizado apenas para geração da ordem de serviço correspondente, não gerando ônus financeiros para o TJCE ou abatimento do saldo de Pontos de Função disponíveis ao TJCE.

5.3 Caso o erro seja causado por documentação dúbia ou imprecisa (elaborada pela CONTRATADA) da funcionalidade corrigida, a manutenção corretiva deverá contemplar os ajustes na documentação.

5.4 Este serviço também se aplicará a todos os erros introduzidos em manutenções anteriormente realizadas pela CONTRATADA, mesmo que seja em funcionalidades não diretamente mantidas.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

5.5 O atendimento aos chamados de manutenção corretiva não coberta por garantia deverá seguir os prazos estabelecidos na Tabela especificada neste documento no item 4.4 e serão contabilizados a partir da abertura do chamado efetuada em horário de expediente (dias úteis de 08:00 às 18:00).

5.6 Para as severidades utilizadas na Tabela especificada no item 4.4 são utilizadas as informações do item 4.5.

5.7 Os chamados de manutenções corretivas cobertas por garantia com prazos extrapolados e que permaneçam sem resolução, terão suas penalidades reincididas sobre as próximas faturas até o seu fechamento.

5.8 Independentemente do nível de severidade a ser aplicado, após a solução definitiva do problema, deverá ser encaminhado ao TJCE, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, diagnóstico da ocorrência ou incidente e detalhamento da solução, acompanhado dos respectivos casos de testes e/ou relatórios de testes que com proveem a respectiva correção.

5.9 Os serviços de manutenção corretiva serão executados nas dependências do TJCE, na cidade de Fortaleza, Ceará.

6. SOBRE O SERVIÇO SS04-ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO

6.1 Consistem em um serviço para adaptar uma aplicação existente, ou parte dela, a versões diferentes de Navegadores, de linguagens de programação (versão mais atual do JAVA por exemplo), da arquitetura de referência do TJCE, de banco de dados ou de Sistemas Operacionais.

6.2 Para este tipo de serviço recomenda-se que seja realizado um Serviço de Apoio, SA02 - Análise de Impacto, para levantamento das mudanças necessárias para efeito de determinação das funcionalidades impactadas, possibilitando, assim, a estimativa do tamanho e custo deste serviço, de acordo com o percentual determinado na Tabela do item 6.6.

6.3 As funcionalidades que possuem apenas demandas de testes, devem ser contadas usando o percentual da fase de testes (ver Tabela do item 2 deste anexo).

6.4 Para o dimensionamento destas demandas não devem ser contadas as funções de dados.

6.5 Essas atualizações podem implicar em manutenções em componentes específicos da plataforma utilizada. Nesse caso, a demanda deve ser contada como componente interno reusável, conforme descrito no SISP versão 2.1 seção 4.15.

6.6 Tipos de Atualização de Versão e seus percentuais de tamanho:

| Tipos | Será considerado |
|--------------------------|--|
| Linguagem de Programação | 30% da quantidade de PF das funcionalidades impactadas |
| Atualização de Browser | 30% da quantidade de PF das funcionalidades impactadas |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Banco de Dados

30% da quantidade de PF das funcionalidades impactadas

7. SOBRE O SERVIÇO SS05- DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE SISTEMAS

7.1 Consiste na elaboração de todos os artefatos previstos no Processo de Desenvolvimento de Software vigente no TJCE, referentes às Fases de Especificação Funcional e Especificação Técnica, para o Sistema ou funcionalidades desejadas.

7.2 O tamanho é de 20% da quantidade de pontos de função do sistema ou funcionalidade a ser documentada.

7.3 Este serviço deverá disponibilizar os artefatos na mesma ferramenta utilizada nos serviços de desenvolvimento de aplicações (Anexo 1 – Desenvolvimento de Novos Sistemas), especificada no Anexo 6 – Plataforma Tecnológica.

8. SOBRE O SERVIÇO SS07 – SERVIÇO DE MUDANÇA DE REQUISITOS DURANTE O PROJETO DE MELHORIA

8.1 As demandas de mudança de requisitos são contagens à parte da contagem do projeto de melhoria e devem considerar as funcionalidades antes da mudança;

8.2 Será apurado o esforço realizado no projeto de melhoria até o momento da solicitação de mudança de requisitos. Considerando artefatos produzidos por completo. Aplica-se o percentual da fase do processo de desenvolvimento apresentado na tabela no item 4.2.3 do Termo de Referência até o momento da mudança de requisito.

8.3 Para mudança de requisito que venha a Alterar Funcionalidade:

50% do PF Desenvolvido X % da Fase Concluída

8.4 Para mudança de requisito que venha a Desistir:

8.4.1 De Incluir: 130% do PF Desenvolvido X %Fase Concluída

8.4.2 De Alterar: 80% do PF Desenvolvido X %Fase Concluída

8.4.3 De Excluir: 30% do PF Desenvolvido X %Fase Concluída

8.5 O PF Desenvolvido mencionado no item 8.3 e 8.4 levará em conta os valores de composição de tamanho estabelecidos nos Serviços originalmente requisitados.

8.6 A distribuição de esforço segue a tabela apresentada no item 4.2.3 do Termo de Referência que estabelece os percentuais por fase, de forma a permitir a contagem de mudança de requisito conforme o estágio do projeto.

8.7 A OS objeto de alterações terá planilha estimada de ponto de função ajustada e prazo recalculado, considerando o prazo da OS de retrabalho, através de um acordo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8.8 A OS aberta para pagamento do retrabalho:

8.8.1 Destina-se apenas ao pagamento de serviços já realizados, não ensejando prazo de execução.

8.8.2 A CONTRATADA deve anexar uma planilha de PF Detalhada contabilizando funcionalidades alteradas e artefatos gerados, considerando fases concluídas de acordo com a tabela apresentada no item 4.2.3 do Termo de Referência.

9. SOBRE O SERVIÇO SS11 – APURAÇÃO ESPECIAL (BASE DE DADOS)

9.1 As Ordens de Serviço desta natureza terão a seguinte composição de tamanho:

| | |
|---|-------------------------|
| Atualização de Dados sem consulta prévia | 100% do PF desenvolvido |
| Consulta prévia sem atualização de dados | 100% do PF desenvolvido |
| Atualização de Dados com consulta prévia já realizada | 60% do PF desenvolvido |
| Apuração Especial – Geração de Relatórios | 100% do PF desenvolvido |
| Atualização de Dados de forma interativa | Ver SISP 4.10 |
| Reexecução de Apuração Especial | 10% do PF desenvolvido |

9.2 Este serviço tem como um dos artefatos de saída um relatório que será utilizado para validação da operação desejada.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 3 – Serviço de Apoio ao Desenvolvimento

1. DESCRIÇÃO GERAL DO SERVIÇO

1.1 Consiste em serviços de apoio a gestão, desenvolvimento e manutenção de sistemas que não podem ser mensurados utilizando a técnica de Pontos de Função. Os serviços previstos para apoio ao desenvolvimento são: Parecer Técnico, Análise de Impacto, Produção Assistida, Solução de Problema, Atualização / Configuração de Ferramentas de Trabalho, Desenvolvimento de Geradores de Código e Implementação de Integração Contínua.

1.2 Estes serviços têm como objetivo principal fornecer o apoio necessário ao bom funcionamento das soluções de TI e devem seguir o Processo de Desenvolvimento de Software do TJCE bem como a aplicação de referência vigente do TJCE e padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE, onde couber.

1.3 Considerando a evolução dos serviços de TI necessários para o atendimento ao suporte e desenvolvimento de sistemas, a relação de serviços abaixo pode ser alterada com a inclusão, alteração ou exclusão de serviços em comum acordo entre Contratante e Contratada.

2. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

| Tipo | Serviço | Mensuração | Composição de Tamanho | Macro-Descrição |
|------|-----------------|----------------------------------|--------------------------------|--|
| SA01 | Parecer Técnico | UST (Unidade de Serviço Técnico) | Quantidade de USTs utilizadas. | <p>Este serviço objetiva gerar informações técnicas sobre sistemas informatizados, compreendendo as seguintes necessidades:</p> <p>Regras de funcionamento de um sistema, forma de implementação das funcionalidades, fluxo de interação com o usuário, interação com outros sistemas ou quaisquer outros esclarecimentos;</p> <p>Verificação de padrões de desenvolvimento e demais soluções tecnológicas;</p> <p>Apresentação de soluções tecnológicas para um problema apresentado, inclusive soluções em nível de arquitetura de sistemas e infraestrutura;</p> <p>Análise de arquitetura e componentes utilizados por um sistema informatizado;</p> <p>Construção de Plano de Implantação de Sistema sob demanda;</p> |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1 Na vigência do Contrato, a ocorrência de eventuais alterações, inclusões e / ou exclusões de tipos de serviços, artefatos, complexidade e esforço médio de resolução, mencionados neste anexo, será efetuada em comum acordo com a CONTRATADA, que se obriga a adaptar-se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da comunicação formal do TJCE.

3.2 Quando aplicável, os artefatos deverão ser entregues na ferramenta especificadas no Anexo 6 – Plataforma Tecnológica. Quando não aplicável, os artefatos deverão ser entregues em formato eletrônico editável do tipo doc.

3.3 O TJCE definirá em conjunto com a CONTRATADA outros artefatos que se façam necessários em função da especificidade da atividade a ser realizada em cada serviço solicitado.

4. SOBRE O SERVIÇO SA01 – PARECER TÉCNICO

4.1 O serviço objetiva gerar informações sobre as regras de funcionamento de um sistema, forma de implementação das funcionalidades, fluxo de interação com o usuário, sua interação com outros sistemas, ou quaisquer outros esclarecimentos solicitados. No decorrer da prestação do serviço pode ser necessária a realização de reuniões que esclareçam com detalhes o trabalho a ser realizado.

4.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Descrição detalhada do objetivo do Parecer Técnico, resultados esperados que devem constar no parecer; como, por exemplo, a apresentação de cenários de solução para tomada de decisão, bem como qualquer outro artefato disponível a ser analisado para conclusão do parecer.

4.3 Artefatos Gerados: Parecer Técnico conforme template do TJCE e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE e relatadas no início da demanda.

5. SOBRE O SERVIÇO SA02 – ANÁLISE DE IMPACTO

5.1 Avaliar uma solicitação de mudança em sistema ou componentes de software, com a finalidade de identificar os artefatos afetados pela mudança, avaliar o impacto da mudança nos artefatos, os riscos envolvidos e gerar a estimativa para o desenvolvimento e implementação da mudança. No decorrer do trabalho pode ser necessária a realização de reuniões com o usuário solicitante da mudança, para esclarecimentos sobre a demanda, bem como com os analistas dos sistemas afetados na mudança, para informações adicionais sobre os sistemas.

5.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Documento de análise de impacto, conforme template do TJCE, descrição detalhada do objetivo da Análise de Impacto, resultados esperados e que devem constar na análise de impacto.

5.3 Artefatos Gerados: Documento de análise de impacto atualizado pela fornecedora com o resultado da análise de impacto, estimativa em Pontos de Função da demanda, outras informações julgadas necessárias pelo TJCE relatadas no início da demanda.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5.4 A Contagem Estimativa de PF será realizada através da técnica de Contagem Estimada definida pela NESMA (Netherlands Software Metrics Association).

6. SOBRE O SERVIÇO SA03 – PRODUÇÃO ASSISTIDA

6.1 Acompanhar e / ou realizar a execução de um componente de software a fim de garantir sua correta execução. Conferir o resultado do processamento e atestar a conclusão do processamento por meio de consultas a banco de dados, logs de auditoria ou outras informações que comprovem o sucesso da execução. O componente de software pode ser uma funcionalidade de sistema, um script de banco de dados, uma rotina batch ou um programa que tenha início e fim bem definidos.

6.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Descrição da necessidade, código a ser executado, banco de dados a ser consultado para conferência e outras informações consideradas importantes.

6.3 Artefatos Gerados: Relatório com as informações de funcionalidades / rotinas testadas, logs comprovando a correta execução do software e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE relatadas no início da demanda.

7. SOBRE O SERVIÇO SA04 – SOLUÇÃO DE PROBLEMA

7.1 Analisar e investigar a causa raiz de um problema em um artefato de software, elaborar diagnóstico da situação e proposta de solução, e implementar a solução para correção do problema. O problema pode ocorrer em ambiente de produção, desenvolvimento, testes ou homologação.

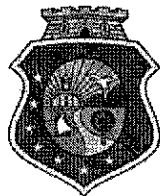
7.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Descrição do Problema, informações necessárias para análise, como, por exemplo, print da tela, mensagens e demais evidências do erro reportado, informação do ambiente onde ocorre o problema, código fonte no qual ocorre o problema, banco de dados e outras informações consideradas importantes.

7.3 Possíveis Artefatos Gerados: Relatório técnico do serviço prestado indicando a causa do problema e a descrição da solução adotada, indicação de melhoria a ser realizada no sistema para evitar ocorrência recorrente do problema e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE relatadas no início da demanda.

8. SOBRE O SERVIÇO SA05 – ATUALIZAÇÃO / CONFIGURAÇÃO DE FERRAMENTAS DE TRABALHO

8.1 Atualizar versão, instalar componentes e plugins em ferramentas de trabalho (Redmine, Jira, MediaWiki, Sonar, TestLink ou outra ferramenta utilizada pelo contratante baseadas em software livre).

8.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Sistema e versão atual, objetivo da atualização / configuração a ser realizada, descrição da versão do software/plugin a ser atualizado/instalado, informação do ambiente a ser realizada a atualização/configuração (caso seja um ambiente de homologação este deve ser um clone de produção) e outras informações consideradas importantes.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8.3 Artefatos Gerados: Plano de Implantação para atualização / configuração do sistema no ambiente informado, scripts de migração de banco de dados, caso necessários e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE e relatadas no início da demanda.

9. SOBRE O SERVIÇO SA06 – ELABORAÇÃO DE PML

9.1 Este serviço compreende a elaboração de um Plano de Mudança e Liberação de uma versão de um sistema. Essa documentação deve conter todos os passos necessários para que a versão seja disponibilizada no ambiente desejado, bem como as informações solicitadas para que a operação seja realizada com a segurança esperada.

9.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Sistema e versão a ser implantada, descrição da necessidade, informação do ambiente a ser realizada a implantação / atualização e outras informações consideradas importantes.

9.3 Artefatos Gerados: Plano de Implantação para implantação / atualização do sistema no ambiente informado e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE e relatadas no início da demanda.

10. SOBRE O SERVIÇO SA07 – TREINAMENTO DE USUÁRIOS

10.1 Serviço de treinamento de usuários de sistemas, mencionando as suas principais funcionalidades e características.

10.2 Possíveis Artefatos de Entrada: Funcionalidades que devem fazer parte do escopo do treinamento e outras informações consideradas importantes.

10.3 Artefatos Gerados: Plano de Treinamento, com todo o escopo do treinamento, o tempo de treinamento por funcionalidade e as pessoas treinadas por funcionalidade e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE e relatadas no início da demanda.

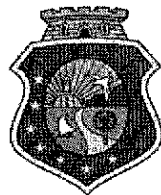
11. SOBRE O SERVIÇO SA08 – ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO DE VISÃO

11.1 Serviço para elaboração de Documento de Visão com construção de planilha estimada de pontos de função das principais funcionalidades que foram levantadas. Com participações em reuniões, entrevistas com os usuários e levantamento das principais funcionalidades do sistema de acordo com as necessidades do usuário.

11.2 Artefatos Gerados: Relatório de Prestação de Serviço, Documento de Visão, atas de reuniões e Planilha Estimativa de PF, Fluxo de Processo de Negócio em notação BPMN, com a possibilidade de produção de artefatos extras conforme a necessidade da Elaboração de Documento de Visão.

11.3 A OS que demandar este tipo de serviço deverá informar em planilha os critérios abaixo para determinar a complexidade de sua execução:

| Critério | Ord | Peso | Total |
|--|-----|------|-------|
| Quantidade de Sistemas que o novo sistema interagirá | | 2 | |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|---|--|-----------|--|
| Quantidade de requisitos funcionais de alto nível identificados | | 2 | |
| Quantidade de unidades envolvidas na definição do sistema | | 3 | |
| | | Pontuação | |

11.3.1 A coluna QTD refere-se aos critérios que estão sendo avaliados.

11.3.2 A coluna TOTAL refere-se ao resultado da multiplicação das colunas QTD e PESO. Sua soma resultará na pontuação que determinará a complexidade do serviço.

11.4 O total obtido no campo Pontuação da tabela de critérios determinará a complexidade do serviço:

| Pontuação | Complexidade |
|-------------|--------------|
| 0 a 6 | Baixa |
| 6 a 12 | Média |
| Acima de 12 | Alta |

11.5 A complexidade mencionada na tabela 11.4 tem os seus prazos e valores médios estabelecidos no item 4.2.2.2 do Termo de Referência.

11.6 O valor deste serviço será obtido multiplicando-se a quantidade de UST obtida pelo valor da UST.

11.7 A Contagem Estimativa de PF será realizada através da técnica de Contagem Estimada definida pela NESMA (Netherlands Software Metrics Association).

12. SOBRE O SERVIÇO SA09 – DISPONIBILIDADE EM SOBREAVISO

12.1 Serviço no qual a CONTRATADA disponibiliza profissional, de forma não-presencial, fora do horário de funcionamento do Tribunal (08:00 às 20:00), cumprindo o período de tempo preestabelecido na OS, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial quando solicitado em tempo hábil.

12.2 Caso haja a necessidade de comparecimento, para a execução de outra OS, durante o período de disponibilidade em sobreaviso, esta OS será encerrada, no momento da requisição.

12.3 O valor deste serviço será obtido multiplicando-se a quantidade de UST obtida pelo valor de um terço (1/3) da UST.

12.4 Este serviço, por possuir a característica de execução já fora do horário de expediente, não terá o acréscimo estabelecido no item 4.2.1.3.2.3 do Termo de Referência.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ANEXO 4 – Tabela de Itens Não Mensuráveis

1 DESCRIÇÃO GERAL

1.1 A CONTRATANTE adotará uma tabela abaixo de Itens Não Mensuráveis para apuração da equivalência em pontos de função de atividades não passíveis de mensuração pela técnica de Análise de Pontos de Função.

1.1.1 FÓRMULA DE CÁLCULO

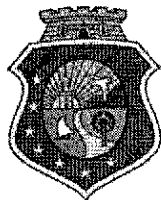
Quantidade de PF = Quantidade de Itens (Base de Cálculo) X Fator de Equivalência

A quantidade de pontos de função equivalente aos itens não mensuráveis será obtida pela multiplicação da base de Cálculo pelo Fator de Equivalência em PF.

2 TABELA DE ITENS NÃO MENSURÁVEIS

Estes são os requisitos não funcionais que impactam no esforço e, consequentemente, no custo do projeto.

| Item | Base de Cálculo | Fator de Equivalência em PF |
|---|---|-----------------------------|
| Layout de telas e arquivos. Contempla alterações de layouts de telas ou arquivos sem que haja alteração de funcionalidade. Tem-se como exemplos: <ul style="list-style-type: none">• Alterar a quantidade de linhas por tela.• Incluir link em uma tela.• Mudança de cor ou fonte.• Mudança de posição de campos em telas, relatórios ou layout de arquivos.• Inclusão, alteração ou exclusão de imagem.• Divisão de telas e/ou relatórios.• Mudança de posição de botões em telas. | Quantidade de itens de layout alterados | 0,04 |
| Campos e variáveis. Contempla a inclusão, alteração ou exclusão de campos e variáveis em programas e tabelas sem que tenha havido mudanças na funcionalidade. Tem-se como exemplos: <ul style="list-style-type: none">• Incluir, excluir ou alterar paginação.• Incluir, excluir ou alterar cabeçalhos, títulos, máscaras de campos, alteração de nome de botões ou qualquer outro tipo de literal. | Quantidade de campos | 0,08 |
| Forma de ordenação Contempla a mudança de ordenação de crescente para decrescente, ou vice-versa., ou ordenação por outros campos previstos na tela/relatório. | Processo elementar alterado | 0,05 |
| Mensagens Contempla a alteração de mensagens de retorno a usuários. | Quantidade de mensagens alteradas | 0,04 |
| Menus Contempla a inclusão, alteração ou exclusão de menus ou telas de ajuda a | Quantidades de telas incluídas ou altera- | 0,1 |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | |
|--|--|------|
| usuário (helps). | das | |
| | Quantidades de telas excluídas | 0,02 |
| Dados Hard Coded Contempla a inclusão, alteração ou exclusão de dados pertencentes a listas (combo box) ou tabelas físicas. | Quantidades de da- dos | 0,04 |
| Code Table Contempla a necessidade de criação, alteração ou exclusão de tabelas Code Table e respectivas funcionalidades. | Inclusão de Tabela | 1,00 |
| | Alteração de Tabela | 0,60 |
| | Exclusão de Tabela | 0,40 |
| | Inclusão de Funcio- nalidade | 0,30 |
| | Alteração de Funcio- nalidade | 0,20 |
| | Exclusão de Funcio- nalidade | 0,10 |
| Parâmetros de Processamento Contempla a necessidade de alteração dos valores dos parâmetros, sem que a lógica de processamento tenha sido alterada. | Quantidade de Parâ- metros ajustados. Sendo considerado | 0,01 |
| Serviços de Atendimento Contempla a necessidade de execução de tarefas temporárias, não passíveis de serem pontuadas, como por exemplo: análise de demandas, execução de teste a pedido do usuário/Gestor e rotina de clean up. | Quantidade de Ativi- dades | 0,1 |
| Páginas Estáticas Contemplam a alteração, inclusão ou exclusão de páginas estáticas na apli- cação, portais ou sites, ou seja, que não possuem dados que atravessam a fronteira da aplicação. | Quantidades de pági- nas alteradas, inclui- das ou excluídas | 1,00 |

Tabela para apuração de equivalência em Pontos de Função



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ANEXO 7 – Perfis e Qualificações Profissionais

1. FINALIDADE

1.1 O objetivo deste documento é descrever os perfis e competências dos profissionais a serem alocados no âmbito do Contrato.

2. PERFIS E COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS

2.1 O CONTRATADO se compromete a alocar, em todos os serviços contratados, profissionais com perfis e qualificações adequados, mantendo ao longo do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

2.2 O CONTRATADO deverá manter, em sua equipe que esteja trabalhando localmente nas dependências da CONTRATANTE, no mínimo, os profissionais necessários para atender o estabelecido no Anexo 2 – Sustentação de Sistemas Legados (itens 10.9 e 11.9) e um Gerente Técnico;

2.3 O CONTRATADO se obriga a selecionar, designar e manter profissionais cuja qualificação esteja em conformidade com os tipos de serviços descritos nas Ordens de Serviço (OS), observando as certificações em linguagens, ferramentas ou tecnologias, sempre que a atividade a ser executada exigir ou o TJCE venha a solicitar.

2.4 O TJCE exigirá, para execução de serviços, a indicação dos profissionais com os perfis relacionados neste documento. Nestas situações o TJCE poderá solicitar a comprovação da qualificação desses profissionais.

2.5 A experiência exigida nos papéis abaixo listados deverá ser comprovada através de documentos que demonstrem a participação do profissional em projetos nos quais a atividade em questão foi executada.

3. Qualificação da Equipe da Contratada

3.1 Para a realização dos serviços contratados é obrigatório que a CONTRATADA componha a sua equipe com profissionais que tenham, no mínimo, os perfis indicados abaixo:

| Perfil | Formação | Experiência Mínima |
|--|---|--|
| Supervisor do Contrato | Formação de nível superior. | – 24 (vinte e quatro) meses em atividades de gestão em tecnologia da informação. |
| Gerente Técnico | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | – 12 (doze) meses em gerenciamento de projetos de desenvolvimento / manutenção de software; e – 12 (doze) meses em atividades de gestão em tecnologia da informação; |
| Analista de Métrica e Mensuração de Software | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | – 12 (doze) meses em atividades de métrica e mensuração de projetos de sistemas utilizando a Técnica de Análise de Pontos por Função. |
| Analistas de Negócio | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | – 12 (doze) meses em análise de sistemas e especificação de requisitos, com utilização de metodologias e processos formais; e – 12 (doze) meses em modelagem BPMN (Business Process Modeling Notation); |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | |
|---|---|---|
| | mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | siness Process Modeling Notation); |
| Analistas e Proje- tistas de Sistemas | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | <ul style="list-style-type: none">- 12 (doze) meses em análise de sistemas e especificação de requisitos, com utilização de metodologias e processos formais; e- 12 (doze) meses em Análise e Projeto Orientado a Objetos. |
| Arquiteto de Software | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | <ul style="list-style-type: none">- 24 (vinte e quatro) meses de experiência em desenvolvimento JAVA; e- 12 (doze) meses de experiência profissional como Arquiteto de Software. |
| Administrador de Banco de Dados (DBA) | Formação de nível médio. | 12 (doze) meses em atividades de administração de bancos de dados. |
| Analista de Da- dos | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | <ul style="list-style-type: none">- 12 (doze) meses de experiência comprovada na área de administração de dados; e- 12 (doze) meses de experiência comprovada na criação, execução, verificação e validação de scripts de banco de dados; criação/manutenção de <i>Stored Procedures</i>, <i>Triggers</i> e rotinas para DTS – <i>Data Transformations Services</i>; e- 12 (doze) meses de experiência comprovada em modelagem de dados relacional e modelagem orientada a objetos; e- 12 (doze) meses de experiência comprovada em levantamento e exploração de dados de sistemas legados, mapeamento de entidades e atributos, e criação de dicionário de dados; e- 12 (doze) meses de experiência comprovada em projetos de <i>DataWarehouse</i> ou <i>DataMart</i>. |
| Desenvolvedor(ex- ceto linguagem Java) | Formação de nível médio. | <ul style="list-style-type: none">- 12 (doze) meses em implementação / codificação de sistemas em linguagem de programação conforme plataforma tecnológica do TJCE (Anexo 6 – Plataforma Tecnológica). |
| Desenvolvedor (Linguagem Java) | Formação de nível médio. | <ul style="list-style-type: none">- 24 (vinte e quatro) meses em implementação /codificação de sistemas em linguagem de programação para ambientes web em plataforma Java com utilização de bancos de dados relacionais; e- Experiência comprovada em desenvolvimento de serviços WebServices, EJB, SOAP, REST. |
| Designers Web | Formação de nível médio. | <ul style="list-style-type: none">- 12 (doze) meses na criação de elementos gráficos, criação de elementos visuais, criação de elementos Web e design em sítios Web, com domínio em HTML, Javascript e ferramentas de Web design. |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | |
|--|---|---|
| Analista de Qualidade de Software | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | – 12 (doze) meses em atividades como Analista de qualidade de software. |
| Técnico de Testes | Formação de nível médio. | – 12 (doze) meses em Planejamento e execução de testes funcionais e não-funcionais (carga e stress); e – 12 (doze) meses em automação de testes com as ferramentas: Sellenium Webdriver e Jmeter. |
| Analista de Testes | Formação de nível superior na área de informática, ou, formação de nível superior em outras áreas com pós-graduação completa na área de informática que some, no mínimo, 360hs e seja reconhecido pelo MEC. | – 12 (doze) meses como analista de testes; e – 12 (doze) meses em metodologia e ferramentas de testes; e – 12 (doze) meses em Planejamento, Análise e Execução de testes; elaboração roteiros/casos de testes; automação de testes funcionais; Planejamento e execução de testes não-funcionais (carga e stress). |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 8 – Termo de Compromisso

PJSETIN2015001 – Fábrica de Software

TERMO DE COMPROMISSO – TC

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, sediado em Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéba, Fortaleza-CE CEP:60822-325 – Fone: (85) 3207-7000, CNPJ nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a LAMPPIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA, sediada em Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 1573, aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.125-045, CNPJ nº 26.832.621/0001-25, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º 22/2017 doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

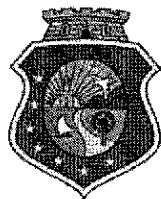
Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

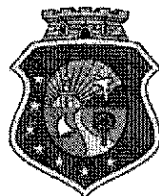
IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiais, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

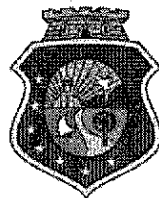
O CONTRATANTE elege o foro de Fortaleza-CE, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

DE ACORDO

| CONTRATANTE | CONTRATADA |
|---|--|
| <hr/> Denise Maria Norões Olsen Secretária de Tecnologia da Informação Matrícula: 24667 | <hr/> Tito Cavalcante Costa Representante Legal |
| Testemunhas | |
| Testemunha 1 | Testemunha 2 |
| <hr/> Eduardo Paulo Rodrigues Júnior Preposto da Contratada | <hr/> André Luiz Negreiros Nobre Fiscal Técnico |

_____ de _____ de 20____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ANEXO 9 – Termo de Ciência

PJSETIN2015001 – Fábrica de Software

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos no serviço de suporte técnico personalizado sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição.

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|-------------------------|--|--------|--------------------|
| Contrato Nº: | 22/2017 | | |
| Objeto: | Contratação de uma empresa especializada em Tecnologia da Informação, na modalidade de Fábrica de Software, para prestação de serviços necessários para desenvolvimento, evolução, manutenção, instalação, configuração e documentação de software para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), pelo período de 12(doze) meses | | |
| Contratante: | Tribunal de Justiça do Ceará | | |
| Gestor do Contrato: | Denise Maria Norões Olsen | Matr.: | 24667 |
| Contratada: | Lamppit Solutions Tecnologia Ltda | CNPJ: | 26.832.621/0001-25 |
| Preposto da Contratada: | Ernando Dourado Paiva | CPF: | 692.622.253-34 |

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no CONTRATANTE.

CIÊNCIA

CONTRATADA – Funcionários

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

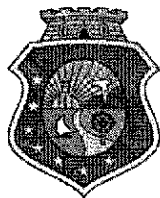
<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

de

de 20



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

_____ de _____ de 20____.

